

# AL NOTÍCIAS



**Impresso Especial**

95143 7 2007 DP SC  
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## Parlamento intermedia polêmica do salário mínimo regional

Projeto que tem apoio majoritário das bancadas no Legislativo esbarra na contrariedade dos empresários



Solon Soares

No retorno do recesso, o projeto de lei complementar, de origem do Executivo, que cria o salário mínimo regional virou alvo de polêmica no meio empresarial. O projeto que recebeu manifestações de apoio da maioria das bancadas com assento na Casa - apenas o Partido Progressista se posicionou contra alegando preocupação com reflexos negativos da medida - não tem o apoio da Fiesc.

No dia 3, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), acompanhado de outros deputados, participou de reunião promovida pela entidade. No encontro, foram avaliados os impactos da proposta nos custos de produção, na manutenção dos empregos e na harmonia das relações de trabalho.

Presidente Jorginho Mello reforça interesse do Legislativo de ouvir federações e sociedade catarinense com objetivo de aperfeiçoar a matéria

Páginas 6 e 7



Miriam Zomer

Solenidade homenageia os que trabalham em prol da comunidade

### Assembleia Legislativa destaca 178 anos da Maçonaria de Santa Catarina

Página 3

### Ato solene presta homenagem ao Dia da Mulher Negra



Miriam Zomer

Organizações e movimentos sociais participam da cerimônia

Página 4

TV AL  
inova na programação de 10 anos

Página 5

### Deputada Angela Albino se despede do Parlamento

Página 11

Promulgada lei que prevê isenções de pedágio nas BRs 101 e 116

Página 10

## OPINIÃO

## O parto do porto e a gestão pública

Nos últimos nove meses, a economia do Vale do Itajaí, que sempre foi pólo de referência dos padrões de produtividade de Santa Catarina, sofre com o descaso do governo federal, que teima em não dar solução para a recuperação da estrutura de seu principal porto, grande entreposto comercial, assim caracterizado pelo volume constante de suas exportações, como por ter sólida tradição importadora.

A partir da tragédia que assolou nosso Estado no final de 2008, quando os principais berços de atracação foram atingidos por enxurradas e a profundidade do canal desde a foz do Rio Itajaí Açú perdeu calado, por conta do assoreamento de seu leito, o porto sofreu com a desaceleração de suas operações e nunca mais voltou a ser o mesmo.

O terceiro maior terminal brasileiro em movimentação de containeres, um dos mais im-

portantes portais de exportação da região Sul, com uma história que já ultrapassa 50 anos, agora depende de um emaranhado burocrático preso a inoperância de Brasília, onde ou há má vontade ou incompetência, para que decisões urgentes sejam tomadas no âmbito do Ministério da Infra-estrutura.

A vontade política suprapartidária dos catarinenses uniu administrações estadual e municipal, moveu parlamentares, o Fórum Federal catarinense e nem assim uma solução foi encontrada. Enquanto isso, a movimentação portuária despencou em 60%, bases operacionais de negócios vão sendo paulatinamente deslocadas de Itajaí e os reflexos na economia regional são notáveis em diversos segmentos.

No âmbito da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, propus a urgente reali-

zação de uma audiência pública, para que a voz de Santa Catarina soe mais alta e uníssona em defesa do porto. Sindicalistas de vários segmentos vão apresentar números alarmantes que refletem o desemprego crescente, que obviamente provoca outras mazelas sociais.

Santa Catarina enfrentou uma grande tragédia natural, mas hoje, com a triste gestação a que se assemelha o imbróglio do porto de Itajaí, pode dizer que enfrenta outra mais nefasta, pois é deliberadamente provocada pela falta de vontade dos que detêm o poder de encontrar soluções que a população clama, gestores públicos que a ela dão as costas, esquecendo que só exercem o mando administrativo por indicação do voto popular.

**Deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB)**

## Duplicação da BR-470 não pode esperar

A duplicação da BR 470 é questão prioritária para o Vale do Itajaí. A situação da rodovia é caótica, formando gargalos para o escoamento da produção que se tornam verdadeiras armadilhas ceifando vidas. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, em cerca de 10 anos, a BR 470 registrou 22 mil acidentes com mais de mil mortos e milhares de mutilados. Os moradores do Vale convivem diariamente com este problema, mas seus efeitos são sentidos por todos, já que a duplicação é garantia de desenvolvimento econômico para o Estado. A rodovia serve a municípios estratégicos como Blumenau e Rio do Sul e dá acesso aos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul. Em 2007, constatamos aliviados que finalmente a duplicação do trecho de 73 km entre os municípios de Navegantes e Indaial foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Este ano, o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes – DNIT divulgou o seguinte cronograma das tão esperadas obras: dia 31 de julho deveria ter sido entregue o Estudo de Impacto Ambiental e também o Relatório de Impacto do Meio Ambiente; o projeto executivo deverá ser concluído até 30 de novembro de 2009; a licença prévia ambiental, já solicitada, deverá ser entregue até 30 de outubro e o início da obra deverá acontecer até 30 de março de 2010. Cumpridos estes prazos, a conclusão da duplicação da BR 470 acontecerá em 30 de dezembro de 2011.

Como se trata de assunto de grande relevância para o Estado, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina instituiu o Fórum Parlamentar Permanente em Prol da Duplicação da BR 470, ao qual presido, e que se encontra diante de uma missão importante: fiscalizar o cronograma apresentado pelo

DNIT. O Parlamento conta ainda com a Comissão Permanente de Transporte e Desenvolvimento Urbano que está alerta para a situação da malha viária catarinense e também está engajada nessa tarefa, abrindo as portas para um trabalho em conjunto. É hora de mobilizar a todos, independentemente de partidos políticos ou interesses econômicos. A duplicação não tem volta. Santa Catarina não pode mais esperar pelo fim dos trágicos acidentes e pela garantia de escoar sua produção sem entraves estruturais. Conhecida como “a estrada da morte”, a BR 470 pode se transformar na estrada das riquezas do Vale, basta que os prazos sejam cumpridos e os processos se desenvolvam de forma transparente mantendo a comunidade catarinense sempre informada.

**Deputado Jean Kuhlmann (DEM)**

## I Seminário de Gestores

Carlos Kilian



Durante o recesso parlamentar de julho, os diretores, coordenadores e gerentes da Assembleia Legislativa reuniram-se para planejar ações e melhorar as rotinas de trabalho no 1º Seminário de Gestores do Parlamento catarinense. Moderado

pelo professor Sérgio Cordioli, o encontro teve a participação do palestrante Álvaro Loro. A reunião de trabalho foi solicitada pelo presidente Jorginho Mello e realizada pelo Comitê de Endomarketing, com apoio da Escola do Legislativo.

## [ AGENDA ]

• **Dia 10, 19 horas** - Exposição “Viração”, da artista plástica Lilian Martins

**Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho**

• **Dia 10, 14 horas** - Comissão de Finanças - Audiência pública sobre os Projetos de Lei Complementar 13 e 14/09, relativos à municipalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Santa Catarina

**Local: Centro de Ciências Agroveterinárias - Udesc – Lages**

• **Dia 11, 14 horas** - Solenidade alusiva à comemoração do Dia do Estado de Santa Catarina - Iniciativa do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado

**Local: Praça Tancredo Neves**

• **Dia 11, 18 horas** - Sessão especial em homenagem ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Benjamin Fragoço Gallotti

**Local: Plenário**

• **Dia 11, 19h30min** - Palestra “O papel da mídia na sociedade do conhecimento”, com o jornalista Ethevaldo Siqueira

**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 14, 8h30min** - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Seminário sobre Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina

**Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros**

• **Dia 14, 19 horas** - Comissão de Educação - Audiência pública sobre a implantação da Lei Federal nº 11.947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto nas escolas

**Local: Auditório do CPL - Jaraguá do Sul**

### Mesa



**Presidente:** Jorginho Mello (PSDB)

**1º Vice-Presidente:** Gelson Merísio (DEM)

**2º Vice-Presidente:** Jailson Lima da Silva (PT)

**1º Secretário:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social



**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

### CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

**Clipagem:** Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

# Parlamento destaca os 178 anos da Maçonaria em Santa Catarina

Solenidade presta homenagem a Jerônimo Coelho, fundador da primeira loja no estado e também patrono da imprensa

## Graziela May Pereira

A solenidade que comemorou os 178 anos da criação da Maçonaria em Santa Catarina e homenageou o seu patrono, Jerônimo Coelho, reuniu, dia 28 de julho, dezenas de pessoas no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa. No evento foram homenageados com medalhas e certificados algumas entidades e pessoas que trabalham em prol da comunidade.

A data foi escolhida porque em julho de 1831, mais precisamente no dia 2, Jerônimo Coelho lançou o primeiro jornal do estado, na Capital, chamado "O Catharinense", proclamando-o como "Sentinela da Liberdade". Segundo Ib Silva, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil – Santa Catarina, Jerônimo Coelho teve ajuda para dar início à imprensa no Estado. "Foram os maçons que doaram o prelo para que o jornal fosse rodado. A imprensa catarinense deve seu início à maçonaria", disse. O patrono da imprensa catarinense também fundou a primeira Loja Maçônica de Santa Catarina, denominada Concórdia.

Um dos homenageados durante o evento, com a medalha Ordem de Mérito de Dom Pedro I, foi Ivo Bandeira Corte, com 92 anos de idade dos quais 60 dedicados à Maçonaria. "Esse evento me alegra muito, pois demonstra o reconhecimento por aqueles que trabalharam pela Maçonaria. Aprendi muito na Maçonaria, até mesmo o bom comportamento." Todos os homenageados com esta honraria têm mais de 40 anos de atuação.

Os deputados Gelson Merísio e Jean Kuhlmann, ambos do Democratas, e Joares Ponticelli (PP), foram agraciados com a medalha de Benemérito da Maçonaria Catarinense. "Mais que reconhecimento por aqueles que trabalham pelo povo de Santa Catarina, é um incentivo para que esses trabalhos sejam constantes em nossa jornada", disse Merísio. Já o deputado Jean Kuhlmann destacou que a Maçonaria tem relevante significado para o estado. "Todo esforço daqueles que fazem um trabalho sincero pela sociedade catarinense está aqui. Estou lisonjeado por fazer parte disso." O deputado Ponticelli justificou, por ofício, sua ausência na sessão.



Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

Solenidade homenageia entidades e pessoas que se destacam em ações em prol da sociedade

## Saiba mais sobre patrono

Catarinense, nascido em Laguna no ano de 1806, Jerônimo Coelho serviu durante 41 anos em diversos corpos de artilharia e engenharia. Destacou-se pelo grande senso de responsabilidade e seriedade no trato dos recursos públicos. Teve forte atuação no Poder Executivo e, como Ministro de Guerra, trabalhou com determinação para estabelecer as condições de paz com os revoltosos farroupilhas.

Foi eleito quatro vezes deputado provincial e três vezes deputado geral. Recebeu várias distinções honoríficas, destacando-se a de Conselheiro da Coroa, Comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis e da Imperial Ordem da Rosa.

Também foi homenageado pelo Estado com um monumento na Praça XV de Novembro, em Florianópolis, e com o seu nome em uma das ruas centrais da cidade. É patrono da Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho - TV Cultura SC. Morreu em 1860, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.



Deputado Gelson Merísio recebe medalha de Benemérito da Maçonaria



Deputado Jean Kuhlmann também é agraciado com honraria

## Os homenageados

### Lojas Agraciadas com comendas

Estrela da Distinção Maçônica  
Benfeitoria da Ordem

### Instituição agraciada com o título Reconhecimento da Maçonaria Catarinense

Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina

### Maçons agraciados com o título Benemérito da Maçonaria Catarinense

Antônio Gavazzoni  
Romualdo França  
Deputado Gelson Merísio (DEM)  
Deputado Joares Ponticelli (PP)  
Deputado Jean Kuhlmann (DEM)

### Maçons agraciados com o título Cruz da Perfeição Maçônica

Friedrich Heinrich Hans Muller  
Norival Francisco Piazza  
Hans Werner Baschung  
Aldo Bueno de Lima  
Antônio Carlos A. Bernardes  
Enio Selva Gentil  
Silvio de Souza Carvalho  
Elmo Sperhack  
Paulo José Pacheco  
Edgard Kampeche Pereira  
Arthur F. De Souza Caldas

### Maçons agraciados com a comenda da Ordem do Mérito de Dom Pedro I

Pedro Paulo Campos Corte  
Ivo Bandeira Corte  
Paulo Capela  
Hercílio de Faveri  
Júlio Doin Vieira  
Noberto Hafermann  
Ayrton de Andrade Martins

## INSTITUCIONAL

# Ato comemora o Dia da Mulher Negra

Data tem objetivo de dar visibilidade à condição social e econômica do grupo, historicamente desfavorecido



Eduardo Guedes de Oliveira

Representantes de organizações e movimentos sociais participam da homenagem no Parlamento

## Homenageadas

**Adriana Mattos Rodrigues**  
Religiões de Matriz Africana

**Ana Maria Moreira da Silva**  
Educadora da Rede Municipal de Ensino

**Bruna Luzia Vieira**  
Cantora de Hip-Hop

**Clarice Simão**  
Cantora de Hip-Hop

**Elizete Lima Kons**  
Líder Comunitária do Nova Trento

**Enir Terezinha Arruda Maria**  
Líder Comunitária do Alto Caieira

**Flávia Silva Barbosa**  
Líder Comun. do Pastinho (Mont Serrate)

**Ivone Fernandes da Rocha**  
Líder Comunitária da Ponta do Leal

**Lúcia Helena Serafim Santana**  
Líder Comunitária do Monsenhor Top

**Márcia Regina dos Santos**  
Educadora da Rede Munic. de Ensino

**Marta Santos da Silva H. Lobo**  
Coordenadora de Políticas Públicas para Igualdade Racial de Florianópolis

**Renata Rodrigues Telles**  
Coordenadora Estadual da Unegro

**Rosimar Koskosqui dos Passos**  
Fundadora da Unegro e educadora

**Tayana Maria Bernardes da Costa**  
Primeira aluna do Projeto do Grupo Nizanga (Unegrosc)

**Tânia Regina Araújo**  
Mãe de Santo

**Valdomira Silva dos Santos Anjos**  
Presidente do Conselho Municipal da População Negra

**Vera Lúcia Custódio**  
Líder Comunitária do Campeche

### Rodrigo Viegas

O Dia da Mulher Negra foi comemorado dia 23, na Assembleia Legislativa, em ato solene realizado no Plenarinho Paulo Stuart Wright. Proposto pela deputada Angela Albino (PCdoB) e com apoio do vereador da Capital, Ricardo Vieira (PCdoB), o encontro teve a participação de organizações e movimentos sociais para homenagear mulheres que lutam contra as diferentes formas de opressão e pela emancipação das comunidades afrodescendentes.

A comemoração do Dia da Mulher Negra acontece em 25 de julho. Historicamente desfavorecidas, as próprias mulheres negras instituíram a data em 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado na República Dominicana. A intenção da iniciativa foi dar visibilidade à condição social e econômica em que vivem por todo mundo. "É uma data para lutar por políticas públicas capazes de mudar a condição das mulheres negras", explica a coordenadora da União de Negros e Negras pela Igualdade em Santa Catarina (Unegro/SC), Estela Maris Cardoso.

Proponente do ato solene e idealizadora de projeto de lei que tramita na Casa, que institui 25 de julho como Dia Estadual da Mulher Negra, a deputada Angela Albino enfatizou a necessidade de ações que mostrem a importância da mulher negra. "Ao longo dos anos

essas mulheres vêm superando desafios e obstáculos numa sociedade machista e racista, buscando qualificação e formação", justificou.

A parlamentar destacou a figura histórica da ex-deputada Antonieta de Barros (1901-1952), a primeira negra deputada estadual no país e a primeira mulher no Parlamento catarinense. "Ela fez algo que até hoje nunca se repetiu. A Assembleia nunca mais teve uma deputada negra. A Câmara de Florianópolis, só teve sete mulheres, nunca uma negra", salientou.

Angela Allbino também chamou atenção para a solenidade, por ser a primeira vez que a Assembleia presta uma homenagem exclusiva às mulheres negras. "Estas são mulheres vitimadas por um duplo preconceito, por ser mulher e por ser negra. Hoje são homenageadas por sua luta", comemorou.

Uma das homenageadas, a presidente do Conselho Municipal da População Negra, Valdomira dos Anjos, afirmou que "40 milhões de mulheres negras vivem à margem da sociedade". Para ela, "não adiantam discursos científicos ou acadêmicos enquanto os negros ainda não são atendidos em suas demandas mais básicas".

Em seu pronunciamento, o vereador Ricardo Vieira explicitou: "Em resposta à violência e à invisibilidade, elas desenvolveram uma feminilidade guerreira, uma possibilidade de ser mulher diferente da passividade que o pensamento hegemônico espera."

## Parlamentar fiscaliza condições do presídio feminino

As condições estruturais do presídio feminino de Florianópolis foram fiscalizadas em visita ao local, dia 31 de julho, da deputada Angela Albino (PC do B), o vereador da capital, Ricardo Camargo Vieira (PC do B), acompanhados do diretor do Departamento de Ações Prisionais (DIAP), Hudson Queiroz, e do chefe de segurança do presídio, Erivaldo Cesconeto. A unidade prisional abriga 136 detentas, das quais 90% estão cumprindo pena por tráfico de drogas.

Elas estão divididas em alojamento, cela de isolamento, triagem, clínica, berçário (para as que têm filhos recém-nascidos) e galerias (para as que já têm condenação). Em 2006, segundo o vereador Ricardo, o presídio de já havia sido considerado o



Deputada Angela Albino confere situação da unidade prisional

de pior estrutura física no país. As reclamações sobre o espaço incluem superlotação, com 18 mulheres ocupando mesma cela com apenas um banheiro e sem água. Apesar disso, a maior queixa está na falta de assistência judiciária e social. O chefe de segurança co-

menta que não é a falta de advogado o problema, mas o comprometimento no acompanhamento dos processos. Ele explicou que a maioria dos profissionais é da defensoria dativa, que deixam passar o tempo dos pedido sde progressão de regime.

### Defesa de novas ações

Para a deputada Angela Albino existe a necessidade de um olhar diferente sobre a questão das mulheres detentas. Uma das situações é que 90% das presidiárias são jovens detidas por tráfico de drogas, muitas assumindo a culpa do companheiro como uma "prova de amor" ou condição para manter o relacionamento. Outro aspecto a ser analisado é a dificuldade em se reinserirem na sociedade após o cumprimento da pena, levando à reincidência em delitos.

A deputada sugere como ações o aperfeiçoamento da defensoria dativa, uma

efetiva assistência social e uma ação de inserção das ex-detentas na sociedade, de maneira livre de preconceitos para que não haja reincidência.

"A Assembleia Legislativa pode ser uma importante fonte auxiliar do Executivo para construir condições que atendam aos egressos do sistema prisional, para que não retornem à atividade criminosa por falta de condição." A deputada se refere também ao preconceito que se tem com quem sai do sistema prisional e passa por dificuldades em conquistar vaga de trabalho, por exemplo.

## INSTITUCIONAL

# Sessão marca os 15 anos do Secovi

Sindicato da Habitação de Florianópolis/Tubarão representa empresas do setor imobiliário, shopping centers, incorporadoras, urbanizadoras, loteadoras, condomínios e administradoras

Solon Soares



Presidente do Secovi, Fernando Willrich, destaca a trajetória da entidade e parabeniza o mercado imobiliário

## Andreza de Souza

A Assembleia Legislativa realizou sessão especial dia 5 em homenagem ao Sindicato da Habitação – Secovi Florianópolis/Tubarão, na passagem dos seus 15 anos de atuação em Santa Catarina.

Proposta pelos deputados Angela Albino (PCdoB) e Giancarlo Tomelin (PSDB) a homenagem foi realizada no Plenário Deputado Osni Régis e teve a presença de diversos representantes do setor imobiliário do estado. Foram homenageados 12 representantes do setor, que receberam placas

comemorativas pela contribuição para o fortalecimento da entidade.

Na solenidade, as manifestações foram unânimes e ressaltaram o trabalho, a responsabilidade e a ação prática com conteúdo do sindicato que representa as empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis, loteadoras, incorporadoras, urbanizadoras, colonizadoras, shopping centers, condomínios residenciais, comerciais e administradoras de condomínios.

“Quem de nós não procurou, comprou ou vendeu um imóvel?

Ou ainda, quem não passou por um shopping?”, indagou Tomelin. Segundo ele, a reflexão foi feita para enfatizar a destacada importância da representação do Secovi.

## Renda e emprego

O parlamentar justificou sua proposição afirmando que “o setor imobiliário é pujante, gera emprego e renda, possibilita melhor qualidade de vida e está em constante desenvolvimento”. Já o deputado José Natal Pereira (PSDB) usou o ditado popular

“quem casa quer casa” para reforçar a importância da categoria que trabalha na defesa e na garantia dos direitos daqueles que adquirem uma moradia. “Graças aos senhores muitos têm suas casas para abrigar seus familiares”, pontuou o tucano.

Em nome dos ex-presidentes do Secovi, Gilberto Vidal Guerreiro agradeceu a homenagem e externou sua alegria em representar as pessoas que contribuíram para o crescimento do sindicato. “É uma honra estar aqui e poder marcar o caminho e a história da entidade”, disse. Segundo ele,

o Secovi soube caminhar pela linha da competência e conseguiu se estabelecer na robusta área imobiliária de Santa Catarina. “O crescimento, a consolidação e a representação da entidade deve ser creditada a todos os atores que participam da construção do sonho da casa própria”, lembrou.

Por fim, o presidente do Secovi Tubarão/Florianópolis, Fernando Willrich, acrescentou que o Secovi Florianópolis/Tubarão “caminha para a vida adulta, para mais responsabilidade e mais trabalho”. Ele concluiu sua fala parabenizando todo o mercado imobiliário.

## Os homenageados

**Sindicato da Habitação - Secovi Florianópolis/Tubarão**  
Fernando Willrich

**Sindicato dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina**  
Antônio Moser

**Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis**  
Hélio Bairros

**Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina**  
Alceu Valdo Juliani

**Federação do Comércio de Santa Catarina (Fecomércio)**  
Bruno Breithaupt

**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC)**  
Raul Zucatto

Leandro Ibagy

Calil Cherem Netto

Walério Berkenbrock

Gilberto Vidal Guerreiro

Marcelo Faria Brognoli

José Henrique Domingues Carneiro

## TVAL coloca no ar nova programação marcando os 10 anos da emissora

Eduardo Guedes de Oliveira

Com novos cenários e vinhetas, a TVAL iniciou dia 4 a transmissão de novos programas. A Televisão da Assembleia Legislativa completa 10 anos em 2009 e mantém o jornalismo como destaque, agora com a produção de três telejornais ao vivo durante a semana.

As primeiras informações do dia são apresentadas aos catarinenses às 7h50min no jornal “Primeira Hora”, com reprise às 8h50min. Às 12h45 é a vez do “Jornal da Tarde”, e às 18h30min vai ao ar o “Jornal da Assembleia”, ambos reprisados às 13h45min e 23h, respectivamente. A exceção da grade de programação se dá apenas nas sextas-feiras, no horário de 18h30min, quando vai ao ar o “Notícias da Semana”, revista eletrônica com o resumo



Presidente Jorginho Mello é o entrevistado de Maria Helena no programa Conversa no Cafezinho

do que aconteceu no Parlamento catarinense durante toda a semana. Esse noticiário é reprisado no sábado e domingo.

De acordo com a coordenadora da TVAL, Maria Helena Pereira, “com o objetivo de acompanhar

a evolução do jornalismo, especificamente do telejornalismo, a nova programação traz uma linguagem moderna e diferenciada”. Ao destacar a responsabilidade e a satisfação de acompanhar as mudanças, a coordenadora ressal-

tou ainda o empenho dos profissionais envolvidos: corpo técnico, operacional e jornalistas.

Maria Helena reforçou que novos programas irão ao ar gradativamente. Entre as novidades está o “Sala de Imprensa”, uma espécie

de entrevista coletiva com os parlamentares e que contará com a participação dos três veículos de comunicação social do Parlamento catarinense: TVAL, Rádio AleSC Digital e jornal AL Notícias. Outros programates - como o “Centro de Memória”, “Cerimonial em Foco” e “Fique Ligado” -, também serão inseridos. “Esses programas foram criados para valorizar o trabalho dos profissionais e dos diversos setores do Legislativo”, concluiu.

A TVAL mantém as transmissões ao vivo das sessões ordinárias, sessões especiais e solenes, além das principais reuniões das comissões. Também fará a cobertura das audiências públicas e demais eventos promovidos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

## GERAL

## Deputado explica novas regras criadas pela Lei do Empreendedorismo

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), explicou, dia 22, as novas regras criadas pela Lei Complementar nº 128/07, dentro da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que pretende regularizar 170 categorias de trabalhadores autônomos.

A lei quer tirar da informalidade cerca de 10 milhões de pessoas, no seminário "Lei do Empreendedorismo Individual".

Proposto pela deputada Angela Albino (PCdoB), pelos vereadores de Florianópolis, Ricardo Vieira (PCdoB) e Márcio de Souza (PT), e por Vignatti, a reunião foi realizada no Plenário da Assembleia Legislativa.

A lei entrou em vigor no dia 1º de julho em Brasília. A partir do dia 24, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro também serão incluídos

e os demais estados a partir do dia 27, incluindo Santa Catarina. Com ela, serão beneficiados os trabalhadores autônomos com renda anual de até R\$ 36 mil, pertencentes às categorias de pescador, rendeira, capoeirista, artesão, motoboy, pedreiro, doceira, costureira, manicure, pintor, cabeleireiro e borracheiro.

### Garantias

Vignatti salientou que o objetivo da regulamentação é formalizar os empreendedores individuais (EI), oferecer garantias sociais, como o auxílio-doença, aposentadoria, licença-maternidade e seguridade social, entre outras, além de fornecer Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), acesso ao crédito e a conta bancária.

Em meio às facilidades propostas está o pagamento, em cota única, do INSS, ICMS e ISS,

de R\$ 52,15 para o comércio ou indústria; R\$ 56,15 para o prestador de serviços; e de R\$ 57,15 para atividade mista, que compreende o comércio ou indústria e prestação de serviços.

"O Brasil possui aproximadamente 11 milhões de pessoas na informalidade, das quais 10 milhões se enquadram nesta lei. Queremos tirá-las desta condição e promover a inclusão social, com mais agilidade e menos burocracia", comentou.

Para Angela, estes avanços representam uma "mini-reforma Tributária, dando acesso a linhas de crédito e aposentadoria aos empreendedores informais".

O vereador Ricardo defendeu o novo aparato pelo seu modelo de sustentabilidade socioeconômica. "Este modelo tira da informalidade um grande número de segmentos e fortalece nosso país na superação da crise que tem vivido", justificou.



Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, Cláudio Vignatti, explica benefícios da lei

## Conheça a legislação

A formalização é feita pela internet no [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br), onde é emitido o CNPJ e outros documentos. Para os microempresários que tenham interesse em migrar para o EI, o ingresso ao novo regime será feito em janeiro de 2010. Para ingressar no EI, o trabalhador está isento de qualquer taxa de abertura de empresa, inclusive às referentes aos cartórios e junta comercial.

O empreendedor deverá fazer uma declaração, todo mês, com os valores que o empreendimento faturou, com emissão de notas fiscais e sem a emissão de notas fiscais. Vale ressaltar que toda a entidade a ser exercida, mesmo na própria residência, necessita de autorização prévia da prefeitura, sem nenhum custo.

O EI terá assessoria contábil gratuita, assegurada por lei, para

a formalização e para a primeira declaração anual.

No [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br) estão relacionadas as empresas de contabilidade, por município, que são optantes pelo Simples Nacional e irão realizar a assessoria contábil sem custos. O empreendedor individual não precisa emitir nota fiscal, mas precisará apresentar aquelas relativas às compras de insumos.



Lider do governo, deputado Elizeu Mattos, garante que projeto de lei complementar, em regime de urgência, deverá ser votado até meados de setembro

# Bancadas dão apoio ao salário mínimo regional

Apenas Partido Progressista externa preocupação com projeto que institui quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores

A maioria das bancadas com assento na Assembleia Legislativa se mostrou favorável ao Projeto de Lei Complementar n.º 30/09, que institui o salário mínimo regional. A única bancada que se diz preocupada com o resultado do projeto é a do Partido Progressista.

O projeto propõe quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores. Os valores propostos pelo Executivo são R\$ 587,00, R\$ 616,00, R\$ 647,00 e R\$

679,00, aplicados na carga horária máxima permitida de cada categoria abrangida, substituindo o salário mínimo nacional. Estes pisos salariais valem somente para as categorias que não tenham definição salarial em lei federal, convenção ou acordo coletivo.

O presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB), enfatizou que é de interesse do Parlamento e fundamental para Santa Catarina que todos sejam ouvidos.

"O Legislativo, como Poder mais democrático e caixa de ressonância das demandas catarinenses, ouviu o que as federações têm a dizer", disse o presidente, referindo-se ao encontro realizado, dia 3, na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Ele sugeriu um novo encontro com a participação, além do Legislativo e da Fiesc, de representantes do governo do Estado e dos trabalhadores.

O deputado Silvio Dreveck,

líder da bancada do PP, afirmou que está receoso com o projeto temendo demissões. "Um projeto como esse deve ser mais debatido. O governo precisa, pelo menos, retirar o regime de urgência."

Outro ponto levantado por Dreveck foi a questão das negociações coletivas. "É lamentável o governo encaminhar este projeto num momento de crise e proponho uma reavaliação da matéria e a ampliação do debate", completou.

## Parlamentares destacam benefícios a trabalhador

Em defesa do PLC, o deputado Cesar Souza Júnior, líder do democratas, lembrou que a proposta vale para as categorias que não tenham definição salarial. "O que o Estado vai fazer é adequar o salário mínimo à realidade regional. Os valores estabelecidos não podem ser considerados absurdos, já que são valores aplicados no mercado." Cesar ainda cumprimentou o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) pela elaboração do projeto.

O deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB, destacou o projeto como apoio à classe trabalhadora. "O trabalhador catarinense vai ter mais apoio com a aprovação desse projeto. Com certeza vai impulsionar

a economia, ao contrário do que muitos vêm dizendo", disse Aguiar. Conforme o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), o regime de urgência continuará e, provavelmente, até meados de setembro a matéria será votada em Plenário. "Não existe a menor possibilidade de retirarmos o regime de urgência. A classe trabalhadora está nos cobrando e vamos dar isso a ela. É claro que estamos abertos à conversação." Elizeu ainda lembrou que, se necessário, o assunto poderá ser discutido em audiência pública.

O deputado Professor Sérgio Grandó, líder do PPS, se diz favorável ao projeto. "É um processo histórico e uma vitória para a unidade do

trabalhador. É uma luta coerente e correta. O importante é que os trabalhadores estão esperando por isso. Mesmo sendo uma posição reformista, é um avanço que estabelece unidade."

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) subiu à tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, para reafirmar a defesa de um salário mínimo regional. Dionei considera que "o mínimo regional é um instrumento para melhorar a distribuição de renda e vai movimentar a economia, uma vez que os trabalhadores beneficiados irão gastar esse valor em nosso estado".

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) também se mostrou

## Fiesc se posiciona contra o projeto temendo reflexos nos custos

A preocupação com os reflexos da adoção do salário mínimo regional nos custos da produção, na manutenção de empregos e na sustentação da harmonia nas relações de trabalho foram os principais temas de encontro dia 3, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), em Florianópolis. A reunião, uma proposição do Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (Cofem/SC), reuniu presidentes de entidades e parlamentares para uma primeira análise do Projeto de Lei Complementar n.º

30/2009, que institui no estado o salário mínimo regional.

O impacto que o projeto vai provocar na economia catarinense foi destacado pelo vice-presidente do sistema Fiesc, Glauco Córte. Ele afirmou que "a crise mundial torna inoportuna a implantação de um salário mínimo regional e sua aprovação tende a agravar a situação". Córte também questionou o PLC em relação ao mérito. "Melhoria de salário é uma decorrência da produtividade e não pode ser estipulado por decreto", afirmou. O empresário também

apresentou uma avaliação do comportamento industrial no primeiro semestre de 2009 no estado, onde ficaram evidentes as quedas nos índices de produção, vendas, nos empregos do setor, nas exportações.

O presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, destacou a preocupação dos empresários com o aumento de custo da produção. "Empresários de todos os setores estão preocupados com a possibilidade de aprovação deste projeto. O assunto tem sido bastante abordado e as consequências podem ser dramáticas", disse. Sugeriu que representantes de outros estados, onde o piso já foi implantado, deveriam ser convidados para avaliar as experiências.

Alcantaro afirmou que a entidade é contra o salário mínimo regional, da forma que está sendo sugerido. "As indústrias não são contra, mas não concordamos como isso está sendo encaminhado. São quatro valores diferentes. É muito discriminatório."

De acordo com ele, o proprietário de uma empresa de informática declarou que, se o mínimo regional for aprovado como no projeto, ele terá 25% de crescimento da folha de pagamento. "Temos que ver que as empresas têm condições diferentes. As regiões têm condições diferentes. Tudo isso tem que ser considerado", completou.



Presidente Jorginho Mello destaca importância de ampliar debate

## Presidente Jorginho Mello prega debate para aprimorar a matéria

O presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB), destacou que é de interesse do Parlamento e fundamental para Santa Catarina que todos sejam ouvidos. "O Legislativo, como Poder mais democrático e caixa de ressonância das demandas catarinenses, vem ouvir o que as federações têm a dizer. A Fiesc é uma entidade que, apesar de se preocupar com seu setor, visa o que é melhor para o estado." Ele sugeriu um novo encontro com a participação, além do Legislativo e da Fiesc, de representantes do governo do Estado e dos trabalhadores.

Sobre a proposta do Executivo, o presidente salientou que a matéria merece e precisa

ser mais discutida. Para ele, "o aprimoramento é fundamental e a Casa é o lugar para isso". O parlamentar acrescentou que "de forma isenta e desapaixonada a proposta será estudada com a participação de todos, já que é um projeto que deve impactar a economia e o índice de empregos em Santa Catarina".

Jorginho Mello acredita que o atual momento é de ouvir. "Estamos aqui para ouvir para, então, poder estudar e discutir o projeto com mais propriedade. A Assembleia Legislativa está aqui para cumprir seu papel de intermediadora da sociedade. Nós queremos é que a lei seja boa para Santa Catarina."

Na reunião, a Fiesc trouxe o

executivo André Barcellos, do Conselho de Relações do Trabalho e Previdência da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) para falar sobre os impactos da adoção do mínimo regional naquele estado.

Segundo Barcellos, a ideia do encontro foi mostrar as dificuldades que o Rio Grande do Sul está passando com a adoção do mínimo regional. "As negociações de reajuste coletivo estão sendo prejudicadas por esta fixação do mínimo. O governo de nosso estado tentará acabar com o salário mínimo regional porque os gaúchos, com dificuldade de encontrar empregos em seu próprio estado, já estão procurando em outros estados."

# Audiência debate mudanças na educação

Prefeitos, secretários e sociedade avaliam projeto que municipaliza Educação Infantil e Ensino Fundamental

Tatiani Magalhães

Aproximadamente 250 pessoas participaram, dia 3, de audiência pública promovida pela Comissão de Finanças e Tributação do Legislativo estadual para debater os projetos de Lei Complementar (PLCs) 13 e 14/09. De autoria do Poder Executivo, as matérias tratam da municipalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Santa Catarina.

Presidente da comissão, o deputado Marcos Vieira (PSDB) ressaltou que o evento integra cronograma de três audiências públicas a serem realizadas ainda neste mês: Lages, dia 10, e Florianópolis, dia 17.

De acordo com o parlamentar e relator do PLC 14, a iniciativa visa aproximar governo e sociedade, que demonstra preocupação e interesse no futuro da educação. "Vamos descobrir onde podemos avançar na educação. Cerca de 80% dos participantes desta reunião são prefeitos, vereadores e secretários



Divulgação

Presidente da Comissão de Finanças, Marcos Vieira, explica cronograma

municipais de educação", frisou.

Presente ao encontro, o deputado licenciado Pedro Uczai (PT) acrescentou que o objetivo é trabalhar para que os PLCs possam sofrer ajustes coerentes e que atendam às necessidades do setor. "A municipalização da educação precisa ser trabalhada pensando em seu resultado a médio e longo prazo", acrescentou.

Representando o governo do Estado, o diretor-geral da Secretaria Estadual da Educação, Silvestre Heerdt, disse que o Estado não tem a pretensão de resolver todos os problemas de uma só vez. Ele destacou que a maior parte das escolas infantis já foi municipalizada e isso vem aproximando mais a administração dos municípios da realidade das crianças desta fase.

## À espera da discussão nacional

Muitos dos presentes da audiência pública se manifestaram contra os PLCs por acreditarem ser necessário que o governo do Estado aguarde o resultado da discussão nacional sobre o assunto prevista para abril de 2010. Só depois, defendem, deve-se pensar na mudança da legislação estadual.

Para o prefeito de Serra Alta e presidente da Associação dos Municípios do Extremo-Oeste de

Santa Catarina (Ameoesc), Claudinei Senhor (PMDB), a iniciativa do Legislativo que abre espaço para o debate é importante, porém não afasta a preocupação dos educadores quanto ao assunto.

O prefeito entregou ao deputado Marcos Vieira um documento com alguns questionamentos. "Temos que conquistar avanços que realmente atendam às necessidades da educação. Essa é a hora de

expor as críticas e sugestões, pois o projeto ainda está tramitando no Parlamento."

Entre as reivindicações do documento, Claudinei destacou a preocupação com a falta de estrutura física das escolas e com os gastos com os vencimentos dos professores e diretores. Também consta do documento a dúvida sobre se é possível optar por não municipalizar.

rabilidade e há casos em que é necessário guardar o documento por até 10 anos, como financiamentos imobiliários", justificou o autor.

Outra matéria aprovada torna obrigatório o encaminhamento ao consumidor, por escrito, de contratos firmados por telefone em serviços de "call center". O projeto, do deputado Jean Kuhlmann (DEM), determina que o contrato deverá ser encaminhado ao consumidor em até 20 dias úteis após a efetivação verbal. Após o seu recebimento, o cliente terá sete dias para rescindi-lo de forma unilateral. "Ter em mãos

um documento é uma forma de proteger os cidadãos que fazem contratos por telefone."

Ainda foi aprovado Projeto de Lei nº 11/09, que altera a Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do regime próprio de previdência dos servidores estaduais. O projeto, do deputado Gelson Merísio (DEM), estende os direitos previdenciários aos que se achem sob tutela do associado ou sob sua guarda, que não percebam pensão alimentícia ou benefício de outro órgão previdenciário e sem meios de sustento.

## Projetos melhoram vida de consumidor

As agências bancárias no estado ficam obrigadas a melhorar a qualidade do papel dos comprovantes emitidos pelos caixas eletrônicos, que deverão ainda conter especificações do documento para serem utilizadas como comprovante de pagamento de contas de consumo, impostos e outras documentações necessárias ao consumidor.

É o que prevê Projeto de Lei nº 212/09, do deputado Reno Caramori (PP), aprovado dia 4 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Hoje, esses comprovantes têm no máximo seis meses de du-

## Secretário vê ainda efeitos da crise em SC

Na audiência pública para a apresentação do relatório do primeiro quadrimestre do desempenho fiscal do Estado, dia 5, promovida pela Comissão de Finanças e Tributação, o secretário estadual da Fazenda, Antônio Gavazzoni, comentou que ainda são percebidos reflexos da crise econômica mundial, como a queda de arrecadação em Santa Catarina. Para ele, os efeitos ainda não cessaram. "Engana-se quem acha que a crise financeira já passou", alertou.

Gavazzoni destacou o cumprimento de 94,01% da meta de arrecadação para o primeiro quadrimestre de 2009, um crescimento de 6,47% em relação ao arrecadado no mesmo período do exercício anterior. No período avaliado, os cofres públicos estaduais receberam R\$ 3,5 bilhões. Deste montante, 99,61% oriundos de receitas correntes e 0,39%, de receitas de capital. Do arrecadado, as receitas tributárias representaram 55,95%, quando o ICMS, grande fonte de arrecadação do Estado, responde por 83,24% da arrecadação tributária líquida.

Outros valores recebidos são de Transferências Intergovernamentais como repasses da participação do Estado nas receitas da União (cota parte FPE, IPI, CIDE), Fundeb, Salário



Gavazzoni: arrecadação

Educação e compensações de recursos naturais (hídricos e royalties petróleo). Segundo ele, houve crescimento dos gastos com custeio, que chegaram a R\$ 208 milhões, que devem continuar aumentando. Ele explicou que isso se deve ao fato de ter havido negociações com o funcionalismo público de setores como a educação e segurança pública que resultaram em reajuste salarial.

O líder do PP, deputado Silvio Dreveck, argumentou que os investimentos têm se mostrado insuficientes para atender à demanda e que, apesar das declarações de incremento em investimentos, isso não tem se refletido no Orçamento. Dreveck questionou o fato de as operações de crédito terem decaído, ao mesmo tempo em que se divulga que há aumento de investimentos.

## Apoio à dotação para saúde

Lideranças de diversas entidades da área da saúde, conselhos profissionais e gestores municipais estiveram reunidos, dia 29, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa, em evento coordenado pela deputada Angela Albino (PCdoB).

No encontro, foram definidas duas moções, uma ao Fórum Parlamentar Catarinense e outra ao Congresso Nacional, manifestando apoio para que a Emenda Constitucional nº 29 seja colocada na pauta de votação.

O ato marcou a adesão ao movimento nacional pela regulamentação da emenda que pretende definir financiamento público da saúde no país e critérios

para a aplicação de recursos públicos na área.

A intenção, de acordo com a deputada Angela Albino, é fazer frente à falta de dotação orçamentária que a saúde pública enfrenta por fatores como a não-regulamentação da emenda que, colocada em vigor, determinará, constitucionalmente, os percentuais mínimos - 15% aos municípios, 12% aos estados e 10% à União - a serem aplicados no setor. A medida também esclarece de onde virão esses valores e que ações devem ser consideradas investimentos em saúde. A parlamentar explica que muitos administradores contabilizam outros gastos, como a construção de uma estrada até um hospital, como aplicação em saúde.

# Deputados debatem destino da Celesc

Sociedade de economia mista, empresa pode ter seu controle de gestão alterado, passando do Estado para acionistas



Deputado Lício Mauro da Silveira, que já foi diretor da Celesc, traça perfil da empresa desde a criação em 1955

## Democrata destaca sucesso de estratégia governista

Os rumos da Celesc também foram abordados pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que em seu pronunciamento destacou o fato do "Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) ter acolhido o agravo de instrumento do governo do Estado que reverteu a conversão das debêntures da Invesc em ações da Celesc".

De acordo com o deputado Cesar Souza Júnior, com a conversão das debêntures da Invesc em ações da Celesc, o Estado resgatou R\$ 500 milhões, valor correspondente às ações da Celesc obtidas pela Planer Corretora, que gerencia as debêntures da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

A manobra, lembrou, retirou da Previ três cadeiras no Conselho de Administração da Celesc, o que diminuiu chances da empresa vir a ser privatizada. Para o democrata, o crédito da vitória cabe ao secretário de Estado da Fazenda, Antônio Gavazzoni (DEM), que se dedicou a encontrar uma solução satisfatória para o caso.

A situação atual e o destino das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) foram assuntos em destaque durante a sessão ordinária do dia 5, na Assembleia Legislativa. Sociedade de economia mista, controladora de empresas concessionárias de serviços de geração e distribuição de energia elétrica, a Celesc atua numa área que corresponde a quase 92% do território catarinense.

Ex-diretor da empresa, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) traçou um abrangente perfil da Celesc. Desde sua criação por decreto estadual, em 1955, passando pela consolidação técnica conquistada em 1965, com a construção de uma ampla linha de transmissão.

Além disso, o progressista frisou a criação da Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (Invesc), em 1995, e a tentativa, neste ano de 2009, de mudar o nível 2 de Governança Corporativa para novo mercado, o que, consequentemente, tiraria o controle de gestão do Estado e passaria para os acionistas.

Com objetivo de explicitar a viabilidade da Celesc como empresa estatal, o parlamentar enfatizou o fato de a empresa atender mais de 2 milhões de consumidores, possuir mais de 3 mil funcionários e mais

de 130 mil quilômetros de rede. Também comunicou que a arrecadação bruta da Celesc no primeiro semestre de 2009 ultrapassou os R\$ 2 bilhões. De ICMS foram R\$ 1,2 bilhão e de PIS/COFINS foram, aproximadamente, R\$ 170 milhões.

Lício também aproveitou o momento para indicar o caminho para tornar a Celesc ainda mais competitiva: financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo ele, "o que falta para a Celesc obter financiamento junto ao BNDES é vontade política para alterar os efeitos da resolução que impossibilita a busca de recursos por empresas estatais de energia elétrica".

## Pedido

O deputado Joares Ponticelli (PP), que está empenhado em esclarecer polêmicas também em relação à Celesc, terá que esperar mais um pouco. Os 13 pedidos de informação de que é autor e que tem relação com a empresa, ainda não puderam ser deliberados em Plenário por falta de quorum. Ele quer saber dos acordos firmados entre Celesc e Casan, os que tratam de processos licitatórios e os que abordam contratações emergenciais.

## Definidas diretrizes e princípios para Política de Segurança Pública

A Conferência Livre sobre "Orçamento Público como garantia do direito fundamental à segurança: destinação de recursos públicos para a prevenção à violência", promovido pela Escola do Legislativo em parceria com Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, culminou, dia 28, com a definição de 21 diretrizes e cinco princípios orientadores para compor a Política Nacional de Segurança Pública.

O evento integra as discussões da 1ª Conseg, que pretende criar uma política de Estado, estabelecendo atribuições para cada uma das esferas de governo e buscar soluções conjuntas para a área.

Depois de um longo dia de discussões, os participantes che-

garam a um consenso com relação às diretrizes e aos princípios que devem constar no relatório que será encaminhado à Brasília, onde ocorrerá a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, entre os dias 27 a 30 de agosto de 2009. Entre eles, a valorização à educação e a reciclagem dos servidores da segurança pública. Entre os princípios, está o de que a segurança pública depende de ingressos de receitas orçamentárias que garantam a implementação de ações governamentais transversais; o de que a área deva ter uma política de estado que se fundamenta na prevenção da violência e na garantia dos direitos humanos; a Política de humanização da segurança pública e a valorização do papel dos municípios na gestão.

## Pais de menino assassinado fazem relato de dor e superação

O Casal Ota, do Instituto Ives Ota, foi um dos destaques da Conferência Livre sobre "Orçamento Público como garantia do direito fundamental à segurança". Perdão. Amor. Dor. Ódio. Vingança. Essas foram as palavras ouvidas várias vezes pelas pessoas que acompanharam a palestra dos pais do menino Ives Yoshiaki Ota, assassinado com dois tiros no rosto, aos 8 anos, pelos seguranças da família.

No relato do sequestro e morte do filho, em 1997, Masataka Ota emocionou muita gente. Disse ter tido, na época, muito ódio e sede de vingança. Porém, após lutar por alguns anos na tentativa de mudar o Código Penal, sem sucesso, Masataka mudou de postura. "Tentei endurecer a lei através de um abaixo-assinado, mas nada foi feito. Com treinamento e força, aprendi a perdoar." Ele

mostrou um vídeo onde ficou frente a frente no presídio com um dos três assassinos.

"Antes de me encontrar com ele, pedi a Deus para me dar força, sabedoria e que ele me usasse como seu instrumento para que eu não fizesse o mesmo que aconteceu com meu filho. Saí totalmente aliviado e todo o ódio que estava dentro de mim foi embora", declarou. Conforme Masataka, o ato de perdão foi a sua cura.

## Lições

Em entrevista à Revista Veja, em setembro de 2001, o pai de Ives resumiu seu pensamento: "Acho que perdoar não é dizer: 'Soltem os assassinos de meu filho'. Perdoar é tirar o ódio de dentro de você. Então, perdão é uma coisa, e justiça é outra. A justiça tem de ser cumprida."

Iolanda Keiko Ota, a mãe do menino, afirmou que só diante da dor e do sofrimento é que aprendemos a dar a volta por cima, tirar das lições que nos são oferecidas a plenitude para viver com perdão.

"Troquei pensamentos ruins e rancorosos por pensamentos bons e positivos. Busquei amor, gratidão e me confortei em Deus. Entendi que a missão do Ives era ensinar os pais a exercitar o amor e o perdão", concluiu.

Em setembro de 1997 foi fundado o Movimento da Paz e Justiça Ives Ota, uma ONG cujo objetivo é estender a todos os interessados a conscientização de que somente através do perdão a verdadeira paz se instala na vida. O movimento está numa campanha para que o dia 30 de agosto seja reconhecido como o Dia Nacional do Perdão.



# Promulgada a isenção do pedágio

Veículos emplacados em municípios com praças na 101 e 116 e moradores de trecho não duplicado são beneficiados

O presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Jorginho Mello (PSDB), promulgou dia 4 a Lei nº 14.824/2009 que prevê situações de isenção do pagamento da taxa de pedágio nas rodovias federais do estado. De autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), o projeto que deu origem à nova lei foi aprovado por unanimidade em Plenário no dia 1º de julho.

A lei assegura a isenção para todos os veículos emplacados nos municípios onde estejam instaladas praças de cobrança de pedágio das rodovias federais BR-101 e BR-116. Com a publicação no Diário Oficial no dia 4, fica atendida a reivindicação dos moradores de Palhoça, município da Grande Florianópolis cortado pela BR-101 e que abriga uma das praças de pedágio.

Com a lei, os cidadãos do Sul do estado que precisam ir à Capital também serão beneficiados. O direito resulta de uma emenda substitutiva global do deputado Joares Ponticelli (PP), apensada ao

PL, e que tem como fundamento as obras inacabadas de duplicação do trecho Sul da BR-101. A isenção está prevista no parágrafo único da lei que estende o benefício aos veículos emplacados em Paulo Lopes e nos municípios que integram a Mesorregião Sul do Estado de Santa Catarina, segundo divisão territorial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Júnior acredita que a nova lei traz equilíbrio ao contrato de concessão, evitando tratamento diferenciado e prejuízo aos residentes de municípios com praças de pedágio. "Sem pedágio para atravessar percursos de poucos quilômetros de extensão como, por exemplo, levar os filhos à escola, ir ao hospital mais próximo ou até mesmo chegar ao centro de sua cidade, a sociedade se sente aliviada", frisou. Satisfeito, o democrata, motivado principalmente pela situação de Palhoça, lembrou que, agora, o estado não corre o risco de violar as relações de consumo.



Moradores de Palhoça, na Grande Florianópolis, têm direito de circular pela cidade sem ter que pagar taxa

## Deputados repercutem sanção de projetos que integram pacote de Segurança Pública

Os cinco projetos de lei que constituem o pacote da Segurança Pública, aprovados no fim do primeiro semestre pelos deputados da Assembleia Legislativa, foram sancionados, dia 5, pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Os servidores da pasta puderam acompanhar o ato através de uma videoconferência.

O deputado Sargento Soares (PDT), representante dos praças no Legislativo, questionou o Projeto de Lei Complementar nº 27/09, que institui critérios de va-

lorização profissional para os militares estaduais. Para ele, os projetos sancionados são "uma afronta aos praças", porque valorizam a minoria dos militares, que são os oficiais. Ele disse que a melhor forma de valorizar sua categoria seria cumprir integralmente a Lei nº 254, de 2003. "Aí o governador teria feito justiça social, pois esta continua sendo nossa principal demanda", declarou.

O parlamentar comentou que o PLC acrescenta R\$ 76,00 ao salário dos soldados e cabos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros

Militar, enquanto o dos oficiais chegará a R\$ 2 mil e, se incluírem o acúmulo de função, poderá alcançar os R\$ 4 mil.

"O governo trabalha com números viciados para justificar o projeto", reclamou. Segundo ele, para chegar a este valor, o Executivo incluiu o abono salarial concedido por outro projeto de lei, de R\$ 300,00, pagos até agosto do ano que vem, e fez o cálculo sobre o soldo, o que resulta num percentual alto.

Em contrapartida, não foram consideradas as indenizações,

gratificações e verbas indenizatórias que estão concedendo, supostamente, a todos os militares.

"Na prática, menos de 5% dos praças receberão o benefício, enquanto a maioria ou a totalidade dos oficiais serão beneficiados. A discriminação fica aí e o governo, através de um truque de números, tenta convencer a sociedade de que está valorizando a base da segurança. A revolta continua grande. O pacote não agradou, e este, especificamente, é muito ruim", desabafou ao falar

sobre o PLC nº 27.

O líder do governo na Parla-mento, deputado Elizeu Mattos (PMDB), entretanto, ressaltou que os projetos foram amplamente discutidos antes de serem encaminhados à Casa e trazem benefícios para a Segurança Pública. "O pacote não retira benefícios, só inclui. Como os policiais militares não vão ganhar se o pacote tem um impacto financeiro de R\$ 12 milhões?", questionou. Mattos também explicou que o abono de R\$ 300,00 será concedido para as polícias Civil e Militar.

## Ato público em defesa da Conferência Estadual da Comunicação

Para sensibilizar a sociedade para o processo de construção da Conferência Nacional de Comunicação, que será realizada de 1º a 3 de dezembro, em Brasília, integrantes de movimentos sindicais, organizações populares, entidades que compõem a Comissão Pró-Conferência de Comunicação (Confecom) e parlamentares realizaram ato público dia 5 na Assembleia Legislativa.

Políticas públicas dirigidas à comunicação, atenção à programação infantil, monopólio, mídia e produção de subjetividade, organização e concessão das rádios comunitárias, regionalização da produção e diversidade na mí-



Deputados se mobilizam em torno de indicação ao governo do Estado

dia são alguns dos assuntos que compõem a pauta de discussões das conferências.

O representante do governo estadual, jornalista José Augusto

Gayoso, garantiu que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) convocará a Conferência. "O governo está parceiro e não pode se furtar desse debate",

declarou. Antes que aconteça a etapa nacional, a proposta é que sejam realizados encontros municipais, regionais e um estadual, este previsto para 31 de outubro. Para tanto, a comissão organizadora da Confecom articula junto ao poder público estadual que se faça a convocação da conferência em Santa Catarina, seguindo o exemplo do presidente da República.

Nesse sentido, os deputados Sargento Amauri Soares (PDT), Dirceu Dresch, Dionei da Silva, Décio Góes, do PT, além dos deputados Padre Pedro Baldissera e Pedro Ucçai, ambos do PT e licenciados, manifestaram interesse

em encaminhar uma indicação conjunta ao governo do Estado para a convocação da Conferência Estadual. Uma audiência pública também será realizada no Legislativo, objetivando o envolvimento na causa de todos os parlamentares catarinenses.

De acordo com a representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC) e integrante da Confecom, Vera Gasparetto, os encontros que estão sendo realizados buscam traçar metas e visam a ampliação e o engajamento, tanto dos agentes públicos quanto de toda a sociedade, no debate da democratização da comunicação em Santa Catarina.

## Projeto quer mudar nome do Palácio Barriga Verde

O Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, poderá ser renomeado Casa do Povo Barriga Verde caso o projeto de resolução do deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) seja aprovado pelos demais parlamentares. O projeto foi lido no expediente da sessão ordinária no dia 4 e deverá receber um número de tramitação nos próximos dias.

Tomelin defendeu a alteração alegando que não existem mais reis e súditos para que o Parlamento catarinense seja denominado palácio. "Este termo seria correto se existissem súditos, mas este é um resquício de um tempo que já passou", declarou. Ele relatou que mesmo sendo considerado hipócrita por alguns, defende a nova denominação porque remete ao momento atual. "Em um estado democrático não cabe um local com o nome de palácio, já que nossos mandatos representam os anseios



Eduardo Guedes de Olivera

Tomelin quer que sede passe a se chamar Casa do Povo Barriga Verde

populares. Proponho que a Mesa apoie mais esta atitude em prol da modernização", justificou.

A alteração recebeu o apoio dos deputados Professor Sérgio Grando (PPS) e Ismael dos Santos (DEM), com algumas sugestões. "Vou propor uma emenda pedindo para que o Centro Administrativo e a Casa D'Agrônômica também dei-

xem de ser chamados de palácio, já que o governador Luiz Henrique também não gosta do termo", comentou Grando, ressaltando que o nome oficial do Centro Administrativo é Palácio do Governo e a Casa D'Agrônômica é Palácio da Agrônômica. Ismael sugeriu que o nome do prédio seja apenas Casa do Povo Catarinense.

## Dreveck repercute números da crise econômica

A atual crise econômica que o país está vivendo continua preocupando o deputado Silvio Dreveck (PP), que mostrou uma pesquisa realizada pelo IBGE onde consta que o Estado teve o sexto pior resultado entre as 14 regiões pesquisadas. A produção industrial catarinense caiu 12,9% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2008.

De acordo com o parlamentar, na relação com o mês de junho do ano passado, a indústria apresentou queda de 6,7%, com taxas negativas em sete dos 11

setores pesquisados. "A situação está preocupante. A população dos municípios está diminuindo. As empresas estão fechando. Em Rio Negrinho, uma empresa com mais de 80 anos e com quase 400 colaboradores fechou suas portas. A população que era de 78 mil habitantes diminuiu para cerca de 70 mil habitantes", declarou.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, as regiões com maiores quedas foram afetadas pelo menor dinamismo das exportações, dos bens de consumo duráveis (automóveis, celulares e eletrodo-

mésticos são citados pelo instituto) e de bens de capital (máquinas e equipamentos). "O governo precisa tomar decisões para estabilizar a economia de Santa Catarina."

O deputado também destacou a apresentação do relatório do primeiro quadrimestre do desempenho fiscal do Estado, dia 5 na Comissão de Finanças. Na reunião, o secretário estadual da Fazenda, Antônio Gavazzoni, comentou que ainda são percebidos reflexos da crise econômica mundial, como a queda de arrecadação em Santa Catarina.

## Angela Albino se despede do Parlamento

Após 60 dias de atuação no Legislativo, a deputada Angela Albino, a primeira representante do PCdoB que ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa, se despediu na sessão ordinária do dia 6. Ela ocupou uma vaga do Partido dos Trabalhadores em rodízio aos suplentes, substituindo a deputada Ana Paula Lima (PT).

Angela agradeceu a oportunidade que o PT lhe possibilitou em defesa das causas populares. O agradecimento foi estendido aos demais parlamentares, aos servidores da Casa e às pessoas que lhe ajudaram de perto diariamente. Ela lembrou da luta e da história do partido e se mostrou satisfeita pelas atividades realizadas nesses dois meses, inclusive no recesso. "Construímos várias ações nesse período,



Angela: mais de 6 mil quilômetros

aproveitamos cada minuto e ainda pedíamos mais", disse. Conforme declarou, a rotina de parlamentar fez com que ela percorresse 6 mil quilômetros nas estradas catarinenses. "Nossa breve passagem foi um momento muito rico, apre-

sentamos projetos de lei, moções e realizamos audiências públicas. Para nós, do PCdoB, foi uma tarefa histórica, uma grande experiência e um ensaio para o que pretendemos construir no futuro."

Esperando que mais mulheres ocupem o mesmo espaço público e se comprometam com os anseios populares, Angela concluiu: "Saio daqui ainda mais convencida da importância do Parlamento catarinense na vida das pessoas".

Os deputados Professor Sérgio Grando (PPS), Décio Góes e Dirceu Dresch (PT), Dagomar Carneiro e Sargento Amauri Soares (PDT) destacaram a dinâmica, o aproveitamento e a capacidade de realização da parlamentar durante o período de atuação na Assembleia Legislativa.

## [ GABINETES ]

### ANEL VIÁRIO EM CHAPECÓ

Com a conclusão dos dois contornos que estão sendo executados, o leste e o oeste, na cidade de Chapecó, 100% do trânsito pesado será deslocado do centro da cidade, e o município será o primeiro em Santa Catarina a ter um anel viário completo. Por dia, circulam em Chapecó, em média, 4 mil caminhões. O município faz a ligação com o Rio Grande do Sul, Paraná, demais estados brasileiros e países do Mercosul. Isso atrapalha o trânsito urbano e compromete a malha viária da cidade. Há mais de 25 anos Chapecó busca esta solução e agora, através de um empenho político e administrativo, o sonho está sendo concretizado.

A viabilidade do segundo contorno, o Leste, está sendo garantida pelo deputado Gelson Merísio (DEM). A obra, no valor de R\$ 55 milhões, já tem orçamento garantido pelo governo do Estado através da empresa Estadual SC Parceria e deverá ser a primeira obra público/privada de Santa Catarina. Merísio informa que em breve a SC Parceria deverá lançar edital de concorrência para buscar a parceria. A intenção é assinar a ordem de serviço e iniciar a obra até o mês de dezembro deste ano. **(Paulo Munaur, assessor do deputado Gelson Merísio)**

### SEGURANÇA NAS LAN HOUSES

As lan houses e cibercafés – locais onde o usuário tem à disposição a internet – facilitaram a inclusão digital àquelas pessoas que não possuem computador em casa ou no local de trabalho, mas, por outro lado, permitem, com frequência, a realização de atividades ilegais. Para dar mais segurança aos internautas, o deputado Darci de Matos (DEM) entrou com projeto de lei, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que exige o monitoramento, por câmeras de vigilância, dos estabelecimentos que comercializam o acesso à internet. Os estabelecimentos também deverão manter, por dois anos, cadastros de todos os usuários. Darci de Matos explica que muitas crianças e adolescentes frequentam as lan houses. "Estaremos resguardando a segurança e a saúde dos menores, afastando os delinquentes desses estabelecimentos." **(Domingos Miranda, assessor do deputado Darci de Matos)**

### ESTUDO DO IPEA

O deputado Dirceu Dresch, líder do PT na Assembleia Legislativa, apresentou, dia 5, o resultado de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a "Desigualdade e Pobreza no Brasil Metropolitano Durante a Crise Internacional: Primeiros Resultados". O estudo mostra que, apesar dos reflexos da crise financeira internacional na economia, o Brasil conseguiu diminuir a pobreza e a desigualdade nas principais metrópoles.

Segundo Dresch, esse cenário, diferente de todas as outras crises que o Brasil já enfrentou, se deve à estratégia do governo Lula para superar a crise, com fortes investimentos na infraestrutura, saneamento básico e habitação. "Essa política, que gera empregos e desenvolvimento, mais os programas sociais e o crescimento da renda dos brasileiros, como o salário mínimo que teve um aumento real de quase 70% desde o início do governo Lula, são decisivos para esses bons resultados", enfatizou.

O líder do PT aproveitou para defender novamente a aprovação do piso estadual de salários. "Que nosso estado siga o exemplo do governo federal, que vai para a ofensiva, distribuindo renda e ampliando o mercado interno, para enfrentar a crise". **(Gilberto Del'Pozzo - assessor da Bancada do PT)**

### CENTRO COMUNITÁRIO

O deputado Joares Ponticelli, vice-líder do PP e presidente do partido no estado, levou à tribuna da Assembleia Legislativa um grave problema: o não pagamento por parte do governo do Estado dos repasses aos centros sociais urbanos. Citou como exemplo o que ocorre com o Centro Comunitário do Bairro Passagem, em Tubarão, mas que é um problema que se repete por outras regiões do estado. Ponticelli fará nesta sexta-feira, dia 7, uma visita a esse centro. Disse também que não está descartada a convocação da secretária Dalva Dias, da Assistência Social, para dar explicações a respeito. **(Jandyr Côte Real - Assessor de Imprensa da bancada do PP)**

## COMUNIDADE

# Assembleia adota medidas de prevenção contra a nova gripe

Legislativo distribui folheto explicativo para evitar doença e instala recipientes com álcool gel em pontos estratégicos

Mirian Zomer



Funcionários da Coordenadoria de Saúde esclarecem dúvidas

## Rose Mary Paz Padilha

Preocupada com o crescimento no número de casos da gripe influenza A - H1N1, que é considerada uma pandemia, a Assembleia Legislativa adotou medidas de prevenção contra a doença. A Coordenadoria de Saúde e Assistência da Casa iniciou, dia 24, a distribuição de folders explicativos sobre sintomas, medidas preventivas e grupos mais suscetíveis à doença.

Segundo o médico Laércio Ghisi, coordenador do setor,

essa foi uma decisão da Mesa e da coordenadoria para evitar a disseminação da doença e alertar os milhares de visitantes que circulam na Casa. Além dos folders, recipientes com álcool gel para a higienização das mãos estão instalados em pontos estratégicos do Parlamento, como recepção e gabinetes dos deputados.

Para o visitante que apresentar sintomas de gripe será fornecida máscara cirúrgica como medida preventiva. "A Assembleia é um local de grande fluxo

de pessoas de todas as regiões do estado, então são necessárias medidas como estas visando à prevenção", destacou. Laércio Ghisi acrescentou que os profissionais da área da saúde estão capacitados para tirar dúvidas e que, diante dos sintomas da doença, deve-se procurar postos de atendimento na rede pública.

Para o servidor Jaderson Weber, a iniciativa é extremamente importante. "Desta forma podemos evitar que a doença se alastre dentro do ambiente de trabalho", afirmou.

## Sintomas

- Febre alta, acima de 39 graus;
- Corrimento nasal;
- Dor de cabeça, de garganta e nas articulações e músculos;
- Diarréia;
- Tosse e vômito.

## Grupos mais suscetíveis

- Crianças menores de dois anos, idosos com mais de 60 anos;
- Pessoas com deficiências imunológicas (pacientes com câncer, em tratamento da AIDS ou em uso regular de corticosteróides);
- Pessoas com doenças cardíacas, pulmonares, diabéticos, gestantes, pacientes renais crônicos e obesidade mórbida.

## Como evitar o contágio

- Manter os ambientes bem ventilados;
- **Lavar as mãos frequentemente, com água e sabão, especialmente depois de tossir e/ou espirrar, depois de usar o banheiro, antes de comer e de tocar os olhos, boca e nariz;**
- Ao tossir ou espirrar deve-se cobrir o nariz e a boca com lenço, preferencialmente descartável;
- **Evitar locais aglomerados, ambientes fechados e contato com pessoas doentes;**
- Evitar sair de casa enquanto estiver em período de transmissão da doença (até o sétimo dia do início dos sintomas);
- **Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal;**
- Não tocar olhos, nariz ou boca após contato com superfícies, pois podem apresentar grande quantidade de material infectante;
- **Não usar medicamentos sem orientação médica;**
- É importante que o ambiente doméstico seja arejado e receba luz solar, pois estas medidas ajudam a eliminar possíveis agentes das infecções respiratórias;
- **Manter hábitos saudáveis, como alimentação balanceada, ingestão de líquidos e atividade física.**

## Parlamentares tranquilizam sociedade em relação à doença

Durante a primeira sessão ordinária após o recesso parlamentar do mês de julho, realizada dia 4, os parlamentares fizeram ressalvas sobre informações alarmantes referentes ao vírus Influenza A-H1N1 (gripe "A") no estado e no país.

O deputado Jailson Lima (PT), que é médico, foi o primeiro a destacar o assunto criticando a cobertura dos veículos de comunicação do país. "Querem transformar um resfriado em gripe A", disparou.

Ele salientou os perigos da automedicação e a superlotação das emergências dos hospitais por conta de um simples mal-estar. "Não se pode tomar remédios aleatoriamente. Muitas pessoas morrem pelo uso indevido de medicamentos, até mais do que pela gripe A", ressaltou.

Para Jailson, o alarde favorece a indústria farmacêutica. "Queremos alertar a população e tranquilizá-la. O antiviral começou a ser usado de forma indevida e pode provocar a resistência do vírus, como já aconteceu no Japão, Estados Unidos e Alemanha", explicou. Até a última sexta-feira, dados publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam cerca de 1.164 óbitos registrados em todo o mundo, sendo 116 somente no Brasil e 3 em Santa Catarina.

O líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, que também é médico, relatou os cuidados que o governo do Estado vem tomando para que a doença não avance.

"A gripe A é uma doença contagiosa. O governo está ressaltando os cuidados que

devem ser tomados nas escolas e está certo em não lançar mão de decisões drásticas, em não cancelar as aulas", apoiou.

Para ele, a imprensa deve enfatizar restrições e medidas que devem ser tomadas. "Temos consciência de que não podemos fazer a automedicação, porque trazem efeitos colaterais importantes e cumulativos. A medicação só deverá ser feita com recomendação médica", ensinou.

Já o deputado Moacir Sopesa (PMDB) falou sobre os prejuízos que a denominação gripe "suína" trouxe ao setor produtivo e das duas mortes registradas no município de Concórdia.

"A doença tem que ser chamada pelo nome científico e não pelo apelido", observou o parlamentar.

PREVINA-SE

[GRIPE A]

O VÍRUS DA GRIPE A também é transmitido pelas MÃOS.

Higienize as suas frequentemente!

Os Sintomas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA